



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO

CADERNO DE PROVA

Dia: 15 de novembro de 2015

Prova: Direito

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente, ao candidato, interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.11 do Edital:

É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado **Folha de Cópia de Respostas**, a ser entregue pela equipe de fiscalização.



NOME: _____	SALA: _____
INSCRIÇÃO: _____	IDENTIDADE: _____
	ORGÃO/UF: _____

PROVA: Direito Constitucional

Questão 01

A Teoria Geral da Constituição tem como foco o estudo do Direito Constitucional com a finalidade de dar-lhe unidade conceitual. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Consoante o princípio da concordância prática, as normas constitucionais se encontram em permanente estado de colisão, cabendo ao intérprete solucionar tais conflitos, considerando a hierarquia jurídico-formal das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- b) Conforme princípio da unidade da constituição, todas as normas da Constituição são dotadas de idêntica hierarquia, razão pela qual entende o Supremo Tribunal Federal ser impossível juridicamente a declaração de inconstitucionalidade de uma Emenda à Constituição Federal.
- c) Segundo o juspositivismo, o Poder Constituinte Originário é um poder de fato, não tendo como fundamento de validade a ordem jurídica anterior, sendo ilimitado. Porém, tal ilimitação deve ser considerada sob o aspecto jurídico, pois o Poder Constituinte Originário possui limites nos valores sociais e na cultura da sociedade.
- d) Quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas em Outorgadas e Promulgadas, sendo que as Promulgadas decorrem de processo de elaboração no qual há participação popular. Em nossa história constitucional, as Constituições de 1891, 1934, 1946 e 1988 podem ser citadas como exemplos de Constituições Outorgadas.
- e) Assim como as normas do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, entende o STF, que o preâmbulo constitucional pode funcionar como parâmetro em sede de controle de constitucionalidade.

Questão 02

Imagine a seguinte situação: o Governador do Estado de Pernambuco ajuizou no STF ação direta de inconstitucionalidade na qual impugna a constitucionalidade de uma lei estadual, sendo que o STF já tinha, em sede de controle difuso e pelo seu plenário, declarado a mesma norma inconstitucional. Com base no exposto, marque a alternativa correta:

- a) O Governador do Estado de Pernambuco é legitimado para o ingresso da ADI e, para tanto, sequer precisa demonstrar a existência de pertinência temática, pois se trata de legitimado universal.
- b) No caso narrado, o Advogado Geral da União se encontrará obrigado a defender a constitucionalidade da norma.

- c) Como o objeto da ADI se trata de norma estadual, a defesa da norma ficará ao encargo do Procurador Geral do Estado de Pernambuco.
- d) Na hipótese tratada, como já houve anterior manifestação do STF pela declaração de inconstitucionalidade, o Advogado Geral da União ficará dispensado de atuar na defesa da norma impugnada.
- e) Segundo entendimento do STF, o Governador do Estado de Pernambuco não é dotado de capacidade postulatória em sede de controle concentrado, razão pela qual a petição inicial deve ser subscrita isoladamente por um Procurador do Estado.

Questão 03

As Constituições possuem como umas das principais finalidades limitar o poder estatal ou até mesmo, determinar que o Estado atue com o fim de implementar determinados direitos. Sobre o tema Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Não há distinção conceitual entre os direitos e as respectivas garantias, já que ambos consubstanciam normas que estabelecem aos poderes públicos um constante dever de atuação.
- b) Em caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete resolver a situação utilizando-se do princípio da interpretação da constituição conforme a lei.
- c) A Constituição Federal de 1988, diferentemente das Constituições anteriores não possui em seu texto um tópico específico sobre os Direitos e Garantias Fundamentais.
- d) Os Direitos Fundamentais são relativos, podendo, portanto, sofrer restrições, desde que respeitado, dentre outros, o princípio da razoabilidade.
- e) Um Direito Fundamental não pode ser introduzido na Constituição por meio de Emenda Constitucional, já que são cláusulas pétreas.

Questão 04

Sobre a organização do Poder Legislativo e o processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, eleitos segundo o princípio majoritário.
- b) Compete à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- c) Os deputados federais e senadores são invioláveis pelas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato, sendo que, idêntica prerrogativa é extensível aos deputados estaduais e aos vereadores.

- d) Os requisitos para a criação de CPI no âmbito estadual são: requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, apuração de fato determinado e prazo certo de funcionamento, tendo a comissão os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Outrossim, é possível ao presidente da Assembleia Legislativa submeter o mencionado requerimento à deliberação plenária e, pelo quórum da maioria dos membros, impedir a criação.
- e) Segundo entendimento do STF é possível a edição de Medidas Provisórias no âmbito estadual e, para tanto, é necessária a sua previsão na respectiva Constituição Estadual, bem como respeito às regras básicas do modelo previsto na Constituição Federal.

Questão 05

Considerando o que estabelecem as normas constitucionais sobre o Poder Executivo e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Acaso o Governador de Estado cometa crime comum, o seu julgamento ocorrerá no âmbito do STJ, sendo imprescindível para que o Superior Tribunal de Justiça receba a denúncia ou a queixa-crime, a prévia autorização da Assembleia Legislativa pelo quórum de 2/3.
- b) A vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, verificada nos últimos dois anos do mandato, ensejará a realização de novas eleições diretas, hipótese na qual o sucessor cumprirá integralmente 4 anos de mandato.
- c) É válida norma estadual que condicione a nomeação dos Secretários de Estado pelo Governador, à prévia autorização da Assembleia Legislativa.
- d) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a necessária autorização prévia do Senado Federal.
- e) É constitucional norma estadual que determine que a prisão do Governador do Estado só poderá ocorrer por meio de decisão judicial transitada em julgado.

Questão 06

Acerca do Poder Judiciário, marque o item correto:

- a) A atividade jurisdicional será ininterrupta, exceto nos períodos de férias coletivas nos juízos e tribunais.
- b) As causas em que forem parte instituição de previdência social e segurados, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, sempre que a comarca não seja sede de vara do

juízo federal, cabendo recurso para o Tribunal de Justiça do Estado

- c) Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça dos Estados será composto por membros do Ministério Público Estadual, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- d) Os Prefeitos possuem foro por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça e, segundo entendimento do STF, serão julgados pelo mencionado Tribunal, mesmo na hipótese de prática de crime de competência da justiça federal.
- e) Os Tribunais de Justiça estão dispensados da obediência à cláusula de reserva de plenário, para fins de declarar inconstitucional norma do próprio estado-membro.

Questão 7

A Constituição Federal de 1988, em seu texto, após disciplinar o Poder Judiciário, trata de instituições que não fazem parte da estrutura orgânica do Poder Judiciário, mas que atuam perante o mencionado poder. Sobre as funções essenciais da Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a Constituição, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- c) Os princípios da unidade, indivisibilidade e da independência funcional são aplicáveis apenas no âmbito do Ministério Público, não havendo que falar da sua incidência quando se trata de Defensoria Pública.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, não podendo a lei estabelecer limites à inviolabilidade, já que fixada na própria Constituição.
- e) O Ministério Público dos Estados se subdivide, segundo a Constituição Federal, em Ministério Público Cível, da Família, Criminal e Eleitoral.

PROVA: Direito Administrativo

Questão 08

Sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as categorias e espécies de servidores públicos do Estado de Pernambuco são regidas exclusivamente pela Lei n. 6123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco);
- b) O concurso público é prescindível somente para os ocupantes de cargos efetivos;
- c) A partir da Constituição Federal de 1988, todos os servidores públicos devem ser remunerados através de subsídio;
- d) Só poderá tomar posse em cargo público quem estiver quite com as obrigações eleitorais;
- e) Serão concedidos ao servidor público do Estado de Pernambuco, após cinco anos ininterruptos de serviço efetivo prestado ao Estado, três meses de licença-prêmio, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo.

Questão 09

De acordo com as disposições constitucionais, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei 8.666/93 e a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, observe as assertivas abaixo e assinale a SEQUÊNCIA correta de VERDADEIRAS e FALSAS:

I - São princípios que regem as Licitações Públicas: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e transparência;

II - Não pode haver qualquer hipótese legal de preferência entre os concorrentes, sob pena de violação do princípio da isonomia;

III - As hipóteses de Inexigibilidade de Licitação estão previstas de forma taxativa na Lei 8.666/93;

IV - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, sendo permitida sua colaboração como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada;

V - O princípio da vantajosidade implica na avaliação das questões exclusivamente econômicas da contratação pública.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V; F; F; V; F
- b) V; V; F; V; V
- c) V; F; F; V; V
- d) F; F; V; V; F
- e) Nenhuma das respostas.

Questão 10

A respeito dos Contratos firmados pela Administração Pública, sob o regime jurídico de Direito Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A promoção da alteração unilateral do contrato público, dentro dos limites legais, é condicionada à aceitação prévia da empresa contratada, devendo sempre ser feita a recomposição da equação financeira original do contrato;
- b) Toda prorrogação de prazo do contrato, celebrado pelo Estado de Pernambuco, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, sendo vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado;
- c) É incorreto afirmar que as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos firmados pela Administração pública não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado;
- d) A nulidade do contrato exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, devendo-se promover diretamente a responsabilidade do agente público que lhe deu causa;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 11

A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São excludentes absolutos da responsabilidade do Estado a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito e a força maior;
- b) Nas hipóteses de responsabilidade objetiva do Estado, é prescindível a comprovação do nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão estatal;
- c) Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, na hipótese de omissões genéricas do Poder Público, a responsabilidade civil por eventuais danos é subjetiva, situação na qual se erige a culpa como pressuposto da responsabilização;
- d) De acordo com tradicional doutrina a respeito da Teoria do Risco, a responsabilidade objetiva por risco integral admite, via de regra, excludentes de responsabilidade, ao contrário do que ocorre nos casos de responsabilidade objetiva por risco administrativo;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 12

De acordo com as lições de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, o exercício do poder de polícia, nos dias atuais, seria melhor referido como função de polícia,

isso porque “o emprego do poder estatal para restringir e condicionar liberdades e direitos individuais é uma exceção às suas correspectivas afirmações e garantias constitucionais...” (Curso de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Forense, 16. ed., p. 438). A respeito do tradicionalmente denominado Poder de Polícia, analise as assertivas e assinale a resposta CORRETA:

I –A autoexecutoriedade do poder de polícia obsta seu controle jurisdicional, no que tange à sua proporcionalidade (extensão e intensidade da medida), sendo sindicável apenas os aspectos de legalidade estrita;

II –O exercício do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, constitui legítimo fundamento para a cobrança de impostos;

III –a apreensão de um lote de vacinas, com data de validade ilegível, constitui exemplo típico de Poder de Polícia Administrativa;

IV – Um dos elementos que diferencia a polícia administrativa da polícia judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades antissociais, enquanto a segunda se preordena à responsabilização dos que violam a ordem jurídica vigente;

V – Decretar a restrição de liberdade de um servidor público, em função da prática de crime contra a administração pública é um ato de manifestação do Poder de Polícia.

- a) Estão corretas as assertivas I, III e V;
- b) Estão corretas as assertivas I, II e IV;
- c) Estão corretas as assertivas II, III e IV;
- d) Estão corretas as assertivas III e IV;
- e) Estão corretas as assertivas I, III e IV.

Questão 13

De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, quanto ao substrato material, pode-se conceituar serviço público como a “prestação consistente no oferecimento, aos administrados em geral, de utilidades ou comodidades materiais, que o Estado assume como próprias, por serem reputadas imprescindíveis, necessárias ou correspondentes a conveniências básicas da Sociedade, em dado tempo histórico”. (MELLO, Celso Antônio. “Curso de Direito Administrativo”, 21ª ed., São Paulo: Malheiros, p. 645-6). De acordo com Constituição Federal, quais das alternativas abaixo NÃO se enquadram nas hipóteses de serviço público de titularidade do Poder Público, o qual deve ser explorado, por este, diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão:

- a) Serviços e instalação de Energia Elétrica;
- b) Serviços de exploração de Atividades Lotéricas;
- c) Serviços de Educação e Saúde;

- d) Serviços de Transporte coletivo;
- e) Todas as alternativas correspondem a serviço público de titularidade do Poder Público.

PROVA: Direito Financeiro

Questão 14

A lei de diretrizes orçamentárias não precisará versar sobre:

- a) A orientação à elaboração da lei orçamentária anual.
- b) O estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) A fixação das metas e prioridades da administração pública federal.
- d) A instituição das diretrizes e objetivos dos programas de duração continuada.
- e) A disposição sobre as alterações da legislação tributária.

Questão 15

Em relação à tramitação dos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual deverá ser observado o seguinte:

- a) Os projetos serão apreciados pela Câmara do Deputados em dois turnos de votação.
- b) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos, enquanto não finalizada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.
- d) As emendas aos projetos serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pela Câmara do Deputados em dois turnos de votação.
- e) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual, desde que justificadas e indicadas as fontes de custeio.

Questão 16

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá respeitar os seguintes requisitos constitucionais:

- a) Não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, salvo em caso de urgência ou calamidade pública.
- b) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras só poderão ser feitas se houver autorização específica na lei plurianual e prévia previsão de

dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

- c) Na hipótese de ultrapassados os limites estabelecidos em lei complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão reduzir, dentro do prazo legal, em pelo menos vinte por cento as despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exonerar os servidores estáveis, mediante ato normativo motivado.
- d) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer limites de gastos com pessoal inativo em patamar superior ao previsto em lei complementar.
- e) Se excedidos os limites estabelecidos em lei complementar, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

Questão 17

A receita pública oriunda da arrecadação normal de tributos estaduais denomina-se:

- a) receita ordinária e derivada.
- b) receita extraordinária e derivada.
- c) receita ordinária e originária.
- d) receita extraordinária e originária.
- e) receita extraordinária e transferida.

Questão 18

As receitas e despesas públicas estão sujeitas ao seguinte regime de escrituração contábil:

- a) Receitas e despesas segundo o regime de caixa.
- b) Receitas e despesas segundo o regime de competência.
- c) Receitas segundo o regime de competência e despesas segundo o regime de caixa.
- d) Receitas segundo o regime de caixa e despesas segundo o regime de competência.
- e) Receitas e despesas segundo o regime de disponibilidade.

PROVA: Direito Tributário

Questão 19

De acordo com a Constituição Federal 1988, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- a) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.
- b) Transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- c) Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte

municipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

- d) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- e) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Questão 20

Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta.

- a) O Poder Executivo, mediante decreto, pode aumentar as alíquotas dos impostos, em caso de calamidade pública e grave crise econômica, desde que respeitado o princípio da anterioridade.
- b) A imunidade referente a livros, jornais e periódicos de papel alcança todas as espécies tributárias.
- c) A União, os estados, o DF e os municípios em nenhuma hipótese poderão instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- d) A comprovação eficaz da demonstração de insuficiência econômico-financeira dispensa o sujeito passivo de suas obrigações tributárias, haja vista o princípio da capacidade contributiva.
- e) Nos casos de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, o Estado de Pernambuco pode instituir empréstimo compulsório no mesmo exercício financeiro em que a lei seja publicada.

Questão 21

De acordo com o Código Tributário Nacional, qual das hipóteses abaixo não é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) O depósito do seu montante integral.
- b) A apresentação de carta de fiança ou seguro garantia.
- c) A concessão de liminar em mandado de segurança.
- d) O parcelamento.
- e) A moratória.

Questão 22

O Estado de Pernambuco, devido à queda de arrecadação, resolveu aumentar as alíquotas dos impostos estaduais para o próximo ano. Para instituir o aumento, não será necessário observar o seguinte princípio:

- a) Princípio da anterioridade.
- b) Princípio da anterioridade nonagesimal.
- c) Princípio do não-confisco.
- d) Princípio da legalidade estrita.
- e) Princípio da progressividade.

Questão 23

Os contribuintes do Estado de Pernambuco, em virtude da grave crise econômica que assola o país, estão requerendo ao Estado que prorogue o prazo para pagamento do ICMS já vencido, parcelando o valor devido sem cobrança de juros de mora. Nessa situação, o atendimento do pleito caracterizará o instituto:

- a) Da isenção, uma vez que não se pagará os juros de mora.
- b) Da moratória, pois haverá a dilação do prazo para o pagamento do tributo devido.
- c) Do parcelamento, uma vez que a dívida já estava vencida e os juros serão dispensados.
- d) Da anistia, uma vez que será perdoada a infração fiscal.
- e) Da remissão da dívida, uma vez que esta será paga após o seu vencimento.

Questão 24

Assinale a opção correta acerca do parcelamento do crédito tributário.

- a) O parcelamento é causa de suspensão da obrigação tributária.
- b) O parcelamento é causa de exclusão do crédito tributário.
- c) Ao parcelamento aplicam-se, subsidiariamente, as normas relativas à anistia.
- d) O parcelamento do crédito tributário será concedido na forma e na condição estabelecidas em lei específica.
- e) O parcelamento suspende o crédito tributário, mas não pode ser concedido por lei específica do estado da Federação.

Questão 25

O contribuinte deixou de recolher e declarar o tributo devido, o que ensejou na lavratura de auto de infração para a constituição do crédito tributário devido e a imposição de multa pelo cometimento da infração fiscal. Após a apresentação de defesa administrativa, o Tribunal Administrativo deu provimento parcial ao recurso tão somente para diminuir o percentual da multa aplicada. Na situação hipotética descrita:

- a) O crédito tributário foi alterado, restando intacta a obrigação tributária.
- b) O fato gerador foi modificado e, por conseguinte, também foi modificado o crédito tributário.
- c) Uma vez que o crédito tributário tem origem na obrigação tributária, a modificação feita em um causa alteração no outro.
- d) O crédito tributário faz nascer a obrigação tributária e, por esse motivo, qualquer modificação no crédito altera a obrigação.
- e) Multa alterada modifica o fato gerador e, portanto, o crédito tributário.

PROVA: Direito Civil e Empresarial

Questão 26

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Liga-se à pessoa a idéia de personalidade. Em relação ao tema, é incorreto afirmar:

- a) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- b) São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Serão registrados em registro público: os nascimentos, casamentos e óbitos, a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz, a interdição por incapacidade absoluta ou relativa e a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- e) A pessoa jurídica de direito privado tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou imagem.

Questão 27

Assinale a alternativa incorreta:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- c) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, bem como o direito à sucessão aberta.
- d) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- e) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Questão 28

Os direitos reais não podem ser objeto de livre convenção das partes, estão limitados e regulados por lei. De acordo com o Código Civil Brasileiro, é incorreto afirmar:

- a) Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.
- b) Os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos, salvo os casos expressos no Código Civil
- c) A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.
- d) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- e) O proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial, obedecido o disposto em lei especial.

Questão 29

Sobre o registro e o nome da empresa, é incorreto afirmar:

- a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa.
- b) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- c) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- d) A sociedade anônima opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões "sociedade anônima" ou "companhia", por extenso ou abreviadamente.
- e) A simples omissão da palavra "limitada" não determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

Questão 30

Acerca do estabelecimento comercial, analise as proposições abaixo:

I – O estabelecimento é o complexo de bens de natureza variada, materiais (mercadorias, máquinas, imóveis, veículos, equipamentos etc) ou imateriais (marcas, patentes, tecnologia, ponto etc) reunidos e organizados pelo empresário ou pela sociedade empresária, por serem necessários ou úteis ao desenvolvimento e exploração de sua atividade econômica, ou melhor, ao exercício da empresa. O estabelecimento constitui uma universalidade de direito.

II- O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da

sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.

III- O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, eximindo-se o devedor primitivo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III
- d) Apenas II.
- e) I, II, III.

Questão 31

É correto afirmar sobre o empresário e seu registro:

- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- b) Considera-se empresário quem exerce, ainda que habitualmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços
- c) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- d) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha apenas o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens, além do objeto e a sede da empresa.
- e) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, não precisará neste também inscrevê-la, sendo suficiente a prova da inscrição originária.

PROVA: Direito Processual Civil

Questão 32

Considerando o procedimento ordinário, é correto afirmar:

- a) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção. A contestação e a reconvenção serão oferecidas em peças autônomas e não simultaneamente.
- b) Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes e o mesmo pedido. Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

- c) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia - presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor.
- d) A parte que alegar direito municipal deverá provar o teor e a vigência, não sendo necessário quanto ao direito estadual.
- e) Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida. A sentença não precisa ser certa quando decida relação jurídica condicional.

Questão 33

Não se admite procedimento sumário:

- a) Nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo;
- b) Na cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;
- c) Nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas;
- d) Que versem sobre revogação de doação;
- e) De cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução.

Questão 34

Os prazos processuais são os períodos de tempo fixados por lei, pelo juiz ou pela convenção das partes de um litígio. O Código de Processo Civil prevê alguns prazos diferenciados para a Fazenda Pública.

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os prazos começam a correr do primeiro dia útil após a intimação.
- b) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- c) Há prazo em dobro também para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, independente de um desses litisconsortes ser a Fazenda Pública.
- d) A Fazenda Pública também tem prazo em dobro para apresentar contrarrazões aos recursos.
- e) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Questão 35

O sistema das nulidades processuais em nosso ordenamento jurídico é orientado pelo princípio da instrumentalidade das formas e dos atos processuais, segundo o qual o ato só será considerado nulo se, além da inobservância da forma legal, não tiver alcançado a sua finalidade. Nesse sentido, e

considerando os dispositivos do Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida inclusive pela parte que lhe deu causa.
- c) O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos, ou retificados.
- d) O ato não se repetirá quando não prejudicar a parte.
- e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.

Questão 36

A Lei 6830 de 22 de setembro de 1980 dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Considerando seus dispositivos, pode-se afirmar que:

- a) A execução fiscal poderá ser promovida apenas contra o devedor, o fiador, o espólio.
- b) A petição inicial indicará apenas o Juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para a citação.
- c) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.
- d) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- e) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.

Questão 37

Sobre os recursos excepcionais, leia atentamente as assertivas abaixo:

I – O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, e serão recebidos apenas no efeito devolutivo.

II- A interposição de recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença;

III- Segundo entendimento sumulado, a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial e nem recurso extraordinário.

IV – São também incabíveis tais recursos excepcionais quando interpostos por ofensa a direito local.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I
- b) Apenas I, III e IV
- c) Apenas II e III
- d) Apenas I e IV
- e) I, II, III e IV

Questão 38

Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, é CORRETO afirmar:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, e não se desenvolve por impulso oficial;
- b) Suspende-se o processo, apenas nas hipóteses de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, pela convenção das partes, e quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz;
- c) Suspende-se o processo quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;
- d) A suspensão do processo por convenção das partes, nunca poderá exceder 6 (seis) meses. Findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo;
- e) Haverá resolução de mérito quando o juiz indeferir a petição inicial.

PROVA: Direito do Trabalho

Questão 39

Sobre o contrato de trabalho, é correto afirmar:

- a) O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, na forma verbal ou escrita e corresponderá sempre a uma relação de emprego.
- b) O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente a relação de emprego ajustada entre as partes e tem como requisito formal, apenas, ser escrito.
- c) O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente sempre a uma relação de emprego.
- d) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- e) O contrato individual de trabalho poderá ser ajustado verbalmente ou por escrito, contudo, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) exige a forma escrita para os contratos por prazo determinado com período superior a 2 (dois) anos.

Questão 40

Sobre alterações no contrato de trabalho e suas consequências, considerando-se o disposto pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é falso afirmar:

- a) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- b) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- c) O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
- d) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- e) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, ainda que essa transferência não acarrete necessariamente a mudança do seu domicílio.

Questão 41

A CLT dispõe que se compreendem na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. Sobre o tema salário e remuneração assinale a opção correta:

- a) Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas e abonos pagos pelo empregador. No tocante a ajuda de custos e diárias para viagens, estas somente serão consideradas salário, caso ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- b) Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas e abonos pagos pelo empregador. No tocante a ajuda de custos e diárias para viagens, estas somente serão consideradas salário, caso ultrapassem 30% (trinta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- c) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, bebidas alcoólicas ou não-alcoólicas, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- d) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
- e) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.

Questão 42

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, I, garante aos trabalhadores urbanos e rurais a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Sobre o tema, solicita-se assinalar dentre os itens abaixo, qual opção não corresponde a uma hipótese de demissão por justa causa:

- a) Ato de improbidade.
- b) Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- c) Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- d) Prolação de sentença condenatória em processo criminal.
- e) Ato de indisciplina ou de insubordinação.

Questão 43

O artigo 455 da CLT estabelece que “responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro”. Sobre a responsabilidade trabalhista do ente público, assinale a opção correta:

- a) A Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), em seu artigo 71, estabelece que a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento. Tal dispositivo afasta toda e qualquer responsabilidade que se pleiteie da Administração Pública.
- b) Apesar de haver dispositivo legal em sentido contrário, para o Tribunal Superior do Trabalho, a Administração Pública, enquanto tomadora de serviços, responderá solidariamente por débitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que lhes prestem serviços por meio de empresas terceirizadas.
- c) Apesar de haver dispositivo legal em sentido contrário, para o Tribunal Superior do Trabalho, a Administração Pública, enquanto tomadora de serviços, responderá sempre por débitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que lhes prestem serviços por meio de empresas terceirizadas. Contudo, a condenação deverá ser observar a responsabilidade subsidiária.
- d) Para o Tribunal Superior do Trabalho, a Administração Pública, enquanto tomadora de serviços, responderá por débitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que lhes prestem serviços por meio de empresas

terceirizadas, desde reste evidenciado nos autos a sua conduta culposa em relação ao cumprimento das obrigações contidas na lei nº 8.666/93.

- e) Para o Tribunal Superior do Trabalho, a Administração Pública, enquanto tomadora de serviços, responderá por débitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que lhes prestem serviços por meio de empresas terceirizadas, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

Questão 44

Sobre os Direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal assinale a opção que melhor complementa a frase seguinte: São garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) Irredutibilidade salarial; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; além de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- b) Irredutibilidade salarial, salvo se disposto em convenção ou acordo coletivo; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; além de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- c) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; além de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) Irredutibilidade salarial; jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; além de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- e) Férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; além de licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias;

PROVA: Processo do Trabalho

Questão 45

Nos termos da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, exceto:

- a) As ações oriundas da relação de trabalho e emprego.
- b) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- c) As ações movidas por servidores contra os entes de direito público externo e da administração

pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- d) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- e) Os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

Questão 46

Sobre a prescrição do direito de ação, assinale a opção correta:

- a) O direito de ação na Reclamação Trabalhista é imprescritível, por se tratar de verba de natureza alimentar.
- b) Para trabalhadores rurais, a prescrição para o ajuizamento da ação trabalhista ocorre 5 anos após o término do contrato.
- c) Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.
- d) Na Justiça do Trabalho, a prescrição para o ajuizamento da ação ocorre no prazo de 2 anos, enquanto a prescrição da ação trabalhistas alcança as pretensões vencidas nos últimos 5 anos da vigência do contrato de trabalho.
- e) É sempre trintenária a prescrição relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Questão 47

Na Reclamação Trabalhista, assinale a opção errada:

- a) A regra geral da distribuição do ônus da prova é que “a prova das alegações incumbe à parte que as fizer”.
- b) Para empresas com mais de 10 (dez) empregados, a não-apresentação injustificada dos controles de frequência nos autos, gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho indicada na inicial, a qual pode não ser elidida por prova em contrário.
- c) Para o Supremo Tribunal Federal, o reclamante que pretende a responsabilidade subsidiária do ente público, tem o ônus de provar conduta culposa da Administração em relação ao cumprimento das obrigações da lei 8.666/93.
- d) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador.
- e) Nas ações com pedido na equiparação salarial, é do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo.

Questão 48

Sobre os recursos previstos pela CLT, identifique a assertiva verdadeira:

- a) Em nenhuma hipótese caberá interposição de agravo de instrumento do processo trabalhista, pois, as decisões interlocutórias são irrecorríveis.
- b) O agravo de petição destina-se a destrancar recurso ou petição que teve juízo de admissibilidade primário negativo.
- c) O recurso de revista tem espaço contra decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho e deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) O recurso de embargos tem cabimento no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8(oito) dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- e) O recurso de revista tem cabimento no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8(oito) dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Questão 49

O prazo de que dispõe o Estado de Pernambuco para interpor recurso ordinário é de:

- a) 8 (oito) dias;
- b) 30 (trinta) dias;
- c) 10 (dez) dias;
- d) 16 (dezesesseis) dias;
- e) 15 (quinze) dias.

Questão 50

Sobre a Fazenda Pública, assinale a opção errada:

- a) A reclamação trabalhista contra ente público integrante da Fazenda Pública deve ser processada e julgada perante a Vara Trabalhista da Fazenda.
- b) União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentos do pagamento de custas judiciais.
- c) A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros aplicados à caderneta de poupança, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997.
- d) Em dissídio individual, decisão contrária à Fazenda Pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição, salvo quando não ultrapassar o valor

correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos ou quando estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

- e) A execução contra o Estado de Pernambuco far-se-á exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, de modo a se garantir efetividade impenhorabilidade de seus bens.